

AS MÚLTIPLAS VOZES DA MENSAGEM DE FERNANDO PESSOA

Júlia Telésforo Osório
Mestranda em Letras – Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: A viagem, associada especialmente à epopeia de Camões, é uma obsessão reiterada na literatura portuguesa. Quinhentos anos após a passagem do Bojador, uma *Mensagem* (1934) de Fernando Pessoa materializa-se nas múltiplas vozes constituintes do sujeito poético que problematizam a conjuntura do país sob domínio da ditadura salazarista, gesto de (des)construção da história lusitana através do cruzamento de tempos lembrados em um discurso poético fragmentário. Uma reflexão crítica, em forma de verso, acerca desse respectivo momento sociopolítico de Portugal, singularizado pela voz de um líder sem o confesso dom da retórica, porém engajado na missão de salvá-lo da crise de um caos anunciado, silenciando indivíduos em nome de uma “causa maior”.

Palavras-chave: Fernando Pessoa – *Mensagem*. Fernando Pessoa – Imaginário português. Salazarismo – Tema literário.

Abstract: The travel, especially associated with the epic of Camões, it's an obsession reiterated in the Portuguese literature. Five hundred years after the passage of Bojador, a *Mensagem* (1934) by Fernando Pessoa materializes on multiple voices constituents of the poetic subject that question the conjuncture of Portugal under the Salazar dictatorship, act of deconstruction of the Lusitanian history through the crossing times remembered in a fragmentary poetic discourse. A critical reflection, in verse form, concerning the respective sociopolitical moment from Portugal, it is singled out by the voice of the leader without the gift of rhetoric, but engaged in the mission to save him from a crisis of an announced chaos, silencing individuals on behalf a "greater cause".

Keywords: Fernando Pessoa – *Mensagem*. Fernando Pessoa – Portuguese Imaginary. Salazarism – Literary Theme.

Também há as naus que não chegam
mesmo sem ter naufragado:
não porque nunca tivessem
quem as guiasse no mar
ou não tivessem velame
ou leme ou âncora ou vento
ou porque se embebedassem
ou rôtas se despregassem,
mas simplesmente porque
já estavam podres no tronco
da árvore de que as tiraram.

Jorge de Lima

Quinhentos anos após Gil Eanes e sua frota ultrapassarem o Bojador, um “mal-estar” (LOURENÇO, 1983, p. 239) à beira do Tejo: uma *Mensagem* de Fernando Pessoa (1998). Em 1934, Portugal, já cantado em longínquos versos épicos, não era mais aquele grandioso país “Que, da Ocidental praia Lusitana/ Por mares nunca de antes navegados” (CAMÕES, 2005, p. 1) lançara naus a desbravar territórios nos continentes africano, asiático e americano. De navegador passou a navegado¹, mergulhado em uma crise silenciada por uma misteriosa voz invisível na primeira metade do século XX.

Na aterrorizada Lusitânia, o “sincero cidadão” Fernando Pessoa, cuja emblemática assinatura estende-se, também, a inúmeros heterônimos², publicou *Mensagem*. Com o livro recém-saído do prelo em outubro do referido ano, o poeta foi incentivado por António Ferro, seu ex-companheiro de revista *Orpheu*, a inscrevê-lo a fim de concorrer ao prêmio Antero de Quental.

[...] Segundo Pessoa, em carta de 13 de Janeiro de 1935 a Adolfo Casais Monteiro, a publicação da *Mensagem* não tinha tido como motivação concorrer ao Prémio do Secretariado de Propaganda Nacional. Como, apesar disso, em Outubro de 1934, prazo limite das candidaturas, já havia exemplares do livro saído do prelo, o poeta decidiu mesmo apresentá-lo ao concurso: “O livro estava exactamente nas condições (nacionalismo) de concorrer. Concorri.”, explica ele. Acontece, porém, que o prémio estava previsto, segundo o regulamento, para ser “atribuído a obras de duas categorias: a) ao melhor livro de versos, não inferior a 100 páginas [...] em que se revele uma inspiração bem portuguesa e mesmo, de preferência, um alto sentido de exaltação nacionalista; b) a um poema, ou poesia solta, onde as mesmas qualidades e intenções se manifestem”. [...] Ora, não atingido a *Mensagem* o número mínimo de 100 páginas, só um prémio de categoria b) poderia ser-lhe concedido. Assim fez o júri por maioria, sendo o prémio de categoria a) atribuído ao Padre Vasco Reis, pelo livro *Romaria*. Daí inferiram alguns, a começar pela *presença*, que *Mensagem* tivera um “segundo prémio”, ou um prémio de “segunda categoria”, na versão de João Gaspar Simões... O que na verdade aconteceu foi que António Ferro, presidente do júri, resolveu aumentar o prémio de 1.000 escudos para 5.000 escudos, equiparando-o ao da categoria a). [...] Pessoa, em todo o caso, não se sentiu aparentemente ofuscado, escrevendo a esse respeito em 1935: “Publiquei em Outubro passado, pus à venda, propositalmente em 1 de Dezembro, um livro de poemas, formando realmente um só poema. Foi esse livro premiado, em condições especiais e para mim muito honrosas, pelo Secretariado da Propaganda Nacional” (SEABRA, 1997, p. 212-213).

Ainda que datado no período do Estado Novo, (des)figurado por António Salazar³, *Mensagem* parece contestar, ao longo de seus quarenta e quatro poemas, a comum adjetivação que lhe é atribuída. Pergunto-me se esse seria, realmente, um livro de viés nacionalista, escrito no pulsante desejo de cantar os grandes feitos portugueses

conforme a ementa do regulamento que o premiou. O fato de o mesmo ter concorrido e vencido o prêmio institucional parece não ser suficiente para singularizá-lo como tal.

[...] Uma superficial leitura de *Mensagem* pôde acreditar junto de muitos, e até lúcidos espíritos, a imagem de um Pessoa fascinado pelo fantasma assaz repugnante, do que se denomina de *nacionalismo* [sic]. Nada mais aberrante. Pessoa amou, com a superlativa febre dos mal-amados, a pátria efectiva onde tão abstracta e dolorosamente viveu, mas amou-a sonhando-a como o lugar utópico da morte de todo o nacionalismo que não fosse, como o concebeu, aquele fabuloso culto de “ser tudo de todas as maneiras”, maneira de transferir para a pátria terrestre aquilo mesmo que ele era e se sentia. [...] Na realidade, é a história simbólica de um espírito – o seu – que tenta através dos estereótipos nacionais do heroísmo encarar uma forma mais alta dele, o heroísmo metafísico e trágico daquele que tem de *padeecer* [sic], assumindo a treva da existência, para poder merecer a redenção que só essa aventura desarmada e mortal lhe pode conferir (LOURENÇO, 1983, p. 168-169).

Já no poema de abertura, uma provocação: “fita, com olhar sfíngico e fatal,/ O Ocidente, futuro do passado./ O rosto que fita é Portugal” (PESSOA, 1998, p. 19). A quem essa *Mensagem* destina-se? Quem Portugal olha? Seu povo? Seu destino? Difícil dizer, mas lê-se, constantemente, o atravessamento de um mal-estar em meio à narrativa pátria. Além do frequente (re)encontro do leitor com heróis do passado português⁴, o diálogo com a “epopéia triunfal dos feitos pátrios” (SPINA, 2001, p. 12) materializa-se a cada verso e a cada referência a determinado episódio histórico, desde a mítica fundação de Lisboa pelo herói da epopéia mãe da literatura, a *Odisséia* de Homero (PESSOA, 1998, p. 23), à predestinação de D. Henrique que teve “o globo mundo em sua mão” (PESSOA, 1998, p. 45). Queria o sujeito poético da *mens agit molem*⁵ matar seus heróis e (re)encontrar-se no tão sonhado quinto império, um sonhado Portugal em suspensão?

Mensagem, entretanto, não é a primeira acusação poética feita à “gloriosa” predestinação do povo luso a lançar-se ao mar para edificar o “Novo reino, que tanto sublimaram” (CAMÕES, 2005, p. 1). Fala-se muito em Fernando Pessoa assumindo uma face “supra-Camoniana” (LOURENÇO, p. 245, 1983), porém não estaria ele, ao invés de rivalizar, dialogando com a parte mais *gauche* d’*Os lusíadas* (2005)? A sintomática fala do Velho do Restelo que, à beira do Tejo e em meio à multidão que se despedia dos seus “heróis”, já profetizara:

A que novos desastres determinas
De levar estes Reinos a esta gente?
Que perigos, que mortes lhe destinas,
Debaixo dalgum nome preminente?
Que promessas de reinos e de minas
De ouro, que lhe farás tão fãcilmente [sic]?
Que famas lhe prometerás? Que histórias?
Que triunfos? Que palmas? Que vitórias? (CAMÕES, 2005, p. 155).

E eis o que se apresenta no poema pessoano: um Portugal assombrado pelo passado de nomes, clamando por um renascimento em meio a um “Nevoeiro”, que nomeia o poema terminal do livro de 1934.

Nem rei nem lei, nem paz nem guerra,
Define com perfil e ser
Este fulgor baço da terra
Que é Portugal a entristecer –
Brilho sem luz e sem arder,
Como o que o fogo-fátuo encerra.

Ninguém sabe que coisa quer.
Ninguém conhece que alma tem,
Nem o que é mal nem o que é bem.
(Que ânsia distante perto chora?)
Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...

É a hora!

Valete, Fratres (PESSOA, 1998, p. 95).

Mais do que enterrar Camões, o ortônimo Fernando Pessoa parece desejar reencontrar-se com o poeta renascentista através da faceta mais irônica e “sincera” de sua epopéia⁶: o momento em que uma voz humana fala, direciona sua subjetividade ao sujeito poético que não se encarna em um herói, mas em uma nação. Transcender *Os lusíadas*, retirá-lo de seu estatuto matricial a partir de um diálogo complementar fez-se necessário àquele que tanto problematizou a subjetividade humana e a existência de “muitos em um” através da construção de uma complexa heteronímia ao longo de sua obra que, com o poema “Autopsicografia”⁷, instaurou na poesia portuguesa a poética do fingimento ou, nos dizeres de Eduardo Lourenço, aquele que “inventou, para poder respirar o irrespirável, as formas óbvias para *existir* [sic] no meio de uma civilização onde só já se podia ‘*ser não sendo* [sic]” (1983, p. 157).

[...] Daí um estado de disponibilidade para todos os *fingimentos* [sic], desde um supersaudosismo irónico ao supersebastianismo de um Quinto Império Espiritual português (de que ele seria o super-Camões), à astrologia e outras *ciências ocultas* [sic]. E, alternativamente com isso, e por isso mesmo, uma “terrível estranheza de existir”, um acordar para a “misteriosa importância de existir”, que preludia o existencialismo de meados do século (SARAIVA, 2008, p. 1000).

Ler *Mensagem* como uma obra de viés nacionalista em tempos de exaltações patrióticas, considerando haver uma (re)leitura da narrativa das glórias portuguesas, aos moldes da épica camoniana, devido às diversas menções a figuras e episódios cruciais para a formação de uma História de Portugal, é esquecer que, no momento em que tais elementos são materializados, eles poderiam configurar-se não um elogio honroso às personagens heroicas, pois “a interpretação nacionalista banal e a interpretação crítica comum, cada uma a seu modo, reduzem *Mensagem* a um conteúdo historicizante e psicologista sem verdadeira proporção com a *realidade* [sic] da obra” (LOURENÇO, 1983, p. 239). A narrativa portuguesa poderia estar sendo atravessada, rasurada por múltiplas vozes do passado que, assumindo a enunciação, exporiam uma subjetividade que problematizaria a concepção romântica de ler a História como sinônimo de uma verdade inquestionável, gesto esse feito pelo sujeito poético de “D. Sebastião, rei de Portugal”:

Louco, sim, louco, porque quis grandeza
Qual a Sorte a não dá.
Não coube em mim minha certeza;
Por isso onde o areal está
Ficou meu ser que houve, não o que há.

Minha loucura, outros que me a tomem
Com o que nela ia.
Sem a loucura que é o homem
Mais que a besta sadia,
Cadáver adiado que procria? (PESSOA, 1998, p. 37).

A subjetividade materializada na fala em primeira pessoa, tanto do plural quanto do singular⁸, é sintomática para articular um possível questionamento da *Mensagem* em relação à política salazarista vigente desde a década de 1920 no além-mar, seja na voz de uma personagem histórica, seja na voz do povo. A qual lembrança remete o nome “António Salazar” no imaginário português? Talvez à sua a voz, onipresente no inconsciente lusitano. Uma voz que criava “a atmosfera de serenidade” (GIL, 1995, p. 9) que lhe convinha a cada momento de enunciação de seus discursos, já que Salazar os

escrevia antes lê-los numa tentativa de uma “recusa [dos] efeitos oratórios emocionais” (GIL, 1995, p. 12) em seus pronunciamentos públicos.

Em “As ilhas afortunadas”, a figura salazarista corporifica-se na *Mensagem* de Fernando Pessoa. Uma sombra de “descrições” que, assim como os discursos do chefe do Estado Novo, mexe como o imaginário daquele que lê/escuta:

Que voz vem no som das ondas
Que não é a voz do mar?
É a voz de alguém que nos fala,
Mas que, se escutamos, cala,
Por ter havido escutar.

E só se, meio dormindo,
Sem saber de ouvir ouvimos,
Que ela nos diz a esperança
A que, como uma criança
Dormente, a dormir sorrimos.

São ilhas afortunadas,
São terras sem ter lugar,
Onde o Rei mora esperando.
Mas, se vamos despertando,
Cala a voz, e há só o mar (PESSOA, 1998, p. 79).

Ao contrário dos sentimentos de “segurança” e “estabilidade” que os discursos do líder português pudessem despertar em seus ouvintes (leitores?), Pessoa constrói tal personagem de maneira instável. A alusão ao “mar”, símbolo tão caro ao mundo português, seria um contraponto à voz que vem das ondas, do seu movimento. Uma metáfora do povo luso? Na *Mensagem*, “a mente move a matéria”, e parece que, aqui, o povo português quer-se-ia mente e não mais matéria, razão, massa uniforme que em nada se distingue.

Para que houvesse a implementação e a respectiva manutenção de um governo totalitário, a liderança fascista europeia que ficou mais tempo no poder precisou do constante apelo aos sentimentos de aflição e a desorganização disseminados socialmente para que, assim, a “saída” estivesse materializada em apenas “uma” perspectiva. Para Valéry, “uma vez que o espírito deixa de se reconhecer [...] nas flutuações e fraquezas de um sistema político, ele imagina necessariamente, deseja instintivamente, a mais pronta intervenção de uma só cabeça” (1938, [s.p.]). Um ideal, um sujeito, uma voz

contra toda uma pluralidade de vozes que, juntas, não alcançariam a “estabilidade” através dos pressupostos democráticos.

[...] Em seu egoísmo materialista, sem qualquer escrúpulo, os grandes capitalistas do século passado puseram-se não só a buscar novos mercados no exterior como trataram de jogar com as massas populares, servindo-se delas em suas manobras políticas. Isso acarretou a queda das “muralhas protetoras” que eram constituídas pela bem definida divisão da sociedade em classes. Nas massas desorganizadas, confusas, sem estruturas, o capital buscou e encontrou muitos elementos desqualificados (a “gentalha”) com os quais fez uma aliança. As contradições internas do estado de coisas criado por essa política explodiram na guerra europeia de 1914-18. E as massas, às quais uma politização intensa e caótica tinha sido imposta, passaram a ser “trabalhadas” pelos fascistas e pelos comunistas. [...] os fascistas recrutaram seus adeptos nessa massa, considerando-a “apática” e “estúpida”. “Os movimentos totalitários – explica ela [Hannah Arendt] – são possíveis em qualquer parte onde se encontrem massas que, por uma razão ou por outra, passaram a ter apetite por organização política” (KONDER, 1977, p. 70-71).

O maior esforço político de António Salazar parece ter sido àquele destinado às questões discursivas. Muitos atribuem ao ex-ministro das finanças a consciência de sua falta de talento para a retórica, inclusive ele próprio, mas seria esse o motivo pelo qual seus discursos eram escritos e, posteriormente, lidos para o público português?

O efeito da leitura é mais duradouro, porque se faz sentir em profundidade. [...] As lacunas do mau orador Salazar transformaram-se em vantagens: os seus discursos ganham em inteligibilidade, força de persuasão, durabilidade de influência. [...] Podemos supor que um tal poder da razão também se estenderia à eficácia da retórica. Despertar-se-ia assim o entusiasmo através da razão, já que se trataria de um entusiasmo por tudo o que tivesse eminentemente a ver com a razão. [...] Só que nos encontramos num “país de sentimentos”, o que, nas suas palavras [Salazar], constitui um defeito. Deste modo, a sua estratégia adquire de imediato um objectivo: acalmar os espíritos – e, para isso, nada melhor que discursos imbuídos de razão. Digamos que Salazar pensou poder encarregar-se da primeira tarefa; quanto à segunda – criar entusiasmo, suscitar a adesão das massas -, tudo é mais duvidoso (GIL, 1995, p. 9; p. 15-16).

É sabido que, em relação aos múltiplos contextos totalitários que assolaram a Europa no século passado, seus líderes investiram fortemente na valorização da arte como meio de profusão de suas ideologias. Com Salazar, tal atitude foi nomeada como “política de espírito”, tema desenvolvido por António Ferro em “O ditador e a multidão”:

[...] A política de espírito (Paul Valéry acaba de fazer uma conferência com o mesmo título), não é apenas necessária, se bem que indispensável em tal

aspecto, ao prestígio exterior da nação. Ela é também necessária ao seu prestígio interior, à sua razão de existir. Um povo que não vê, que não lê, que não ouve, que não vibra, que não sai da sua vida material, do Deve e Haver, torna-se um pouco inútil e mal-humorado. [...] A literatura e a arte são os dois grandes órgãos dessa aspiração, dois órgãos que precisam de uma afinação constante, que contêm, nos seus tubos, a essência e a finalidade da Criação. [...] Mas que se faça uma política do Espírito, inteligente e constante, consolidando a descoberta, dando-lhe altura, significação e eternidade. Que não se olhe o espírito como uma fantasia, como uma idéia vaga, imponderável, mas como uma ideia definida, concreta, como uma presença necessária, como uma arma indispensável para o nosso ressurgimento. O Espírito, afinal, também é matéria, uma preciosa matéria, a matéria-prima da alma dos homens e da alma dos povos... (FERRO, 1938, p. 246-247).

O gesto de financiar um prêmio literário, que objetivava uma distinção honrosa a um livro que versasse sobre “um alto sentido de exaltação nacionalista”, conforme a primeira citação do presente artigo, registra o esforço de Salazar em suas políticas de espírito. Cito, enfim, a “voz” de Salazar, registrada, em 1933, por António Ferro: “o que nos falta – os técnicos são necessários em tudo – são colaboradores que tenham esse dom da animação, da encenação... A matéria-prima, o interesse do País pela obra da Ditadura existe e está bem claro. Falta a mão-de-obra” (GIL, 1995, p. 13). Entretanto, a publicação do premiado livro vai contra os pressupostos de tal política, pois seu autor parece não ser aquele colaborador provido do “dom da animação” que tanto desejava o líder português.

Mais adepto à “encenação”, na qual o fingimento não é nenhuma novidade, o livro de Pessoa para além de exaltar a pátria e, conseqüentemente, entusiasmar o povo luso, parece querer rebater o objetivo “real”, pragmático, do prêmio ao qual concorreu e venceu em situações adversas. As reiteradas alusões aos heróis portugueses corporificam-se de maneira rasurada e falhada, afinal, a *Mensagem* evidencia um mal-estar entre as personagens históricas⁹, para, assim, estabelecer um complexo diálogo entre o passado e a contemporaneidade:

[...] Conservar a saúde numa sociedade enferma, o sorriso no meio de um apocalipse de horrores vertiginosos, simples prefácio a futuros campos de concentração disfarçados em parque de diversões sem alegria, era pactuar com essa sinistra e universal empresa de apagamento de qualquer sentido redentor [...]. Pessoa não pôde, não quis ser *razoável* [sic], nem *feliz*, num tempo interiormente bloqueado como o seu, bloqueado sobretudo pela lei implacável da “objectividade”. [...] Preferiu ser o cantor do absurdo proliferante e, na aparência, insolúvel, que o arauto inconsciente, o hipócrita, de verdade e de valores mortos que teimavam em supor-se vivos. Não pode

já cobrir com o antigo manto real da poesia a ausência dela inscrita de tão visível forma nos mecanismos demoníacos do Poder moderno (LOURENÇO, 1983, p. 168).

Não há canto, porém desencanto: cantar que pátria? Aquela mergulhada em um regime fascista, que visava o apagamento de seu povo? O tom fúnebre que clama o renascimento de um povo encobre todos os versos, como estes: “Mas a chama, que a vida em nós criou,/ Se ainda há vida ainda não é finda./ O frio morto em cinzas a ocultou:/ A mão do vento pode erguê-la ainda” (PESSOA, 1998, p. 67). Não por acaso o “vento”, elemento disforme, porém onipresente em toda a natureza, é utilizado no poema “Prece” como o símbolo da transformação. Interessante pensar também que, em todo o livro, Pessoa trabalha com uma linguagem, supostamente, “irracional”, dimensão da eloquência que tanto negou Salazar em seus discursos (GIL, 1995, p. 11).

Através da linguagem, do discurso, algo tão caro ao líder fascista, o livro de 1934 constrói uma crítica, um suspiro em meio àquele sombrio período ao qual Portugal esteve submetido em boa parte do século XX, estendendo-se de 1933 a 1974. Se os discursos de Salazar eram tidos como “frios e secos, pobre de imagens, metáforas e símbolos, [sendo] descritivos e racionais” (GIL, 1995, p. 11), esse estabelece um contraponto: “livro estruturado segundo uma intencionalidade simbólica, de significação esotérica, [...] a *Mensagem* releva de uma textualidade complexa, onde se cruzam múltiplos discursos” (SEABRA, 1997, p. 238).

As múltiplas vozes, a pluralidade de discursos que compõe o livro de Pessoa, parecem configurar uma resistência ao apagamento dos sujeitos decorrente da “retórica da invisibilidade”. Em *Mensagem*, os sujeitos fantasmas vêm à tona através da fala daqueles que, num passado distante, fizeram de Portugal, no século XVI, o senhor dos mares. Salazar, com seus discursos enfadonhos, construiu a imagem do “bom” português cuja pátria, em pleno século XX, ainda possuía suas “províncias ultramarinas” e conseguiu manter-se soberano por longos anos.

Sendo o nacionalismo uma característica da “raça”, falar-se-á do “bom português”, do “lar português”, da “casa bem portuguesa”. As imagens da restauração ressurgem constantemente sob a pena de Salazar: reencontraremos os nossos hábitos perdidos, voltaremos a ser dignos dos nossos antepassados, etc. Trata-se de evocar o passado mítico com o qual devemos reconciliar-nos, para que a essência reprimida se liberte. Como?

Varrendo, afastando o que esconde, o que a abafa, o que a impede de expandir – em suma, abstendo-se de agir como aqueles que “esquecem e negam a Pátria”. Ora, isso tornar-se-á necessariamente possível através da passagem à invisibilidade, já que a invisibilidade sacrificial do indivíduo garantirá o surgimento da nova presença da Nação. [...] Os portugueses serão mantidos no estado de diminuídos da vida, isto é, de privação ontológica. Dito de outra maneira, a ideologia salazarista congela o movimento da lógica do nacionalismo no momento da viragem ou da morte simbólica (GIL, 1995, p. 32).

A ideia do “bom” português, frequentemente articulada por Salazar, foi amplamente estudada e divulgada por Gilberto Freyre em *O luso e o trópico* (2010). Anteriormente a esse livro, em *Casa grande & Senzala*, o autor já havia abordado a questão colonial portuguesa, concepção que sustentou a tese do líder fascista de ser Portugal, em pleno século XX, aquele país cuja grandeza estava predestinada e que, por isso, foi designado a conquistar territórios, colonizá-los e mantê-los sob sua guarda num contexto pós-Segunda Guerra traumático, que desencadeou diversos movimentos de independência, como a Índia de 1947, sob dominação inglesa, e também da queda das lideranças totalitárias e o respectivo surgimento, em muitos países europeus, dos estados de “bem-estar social” construído sob os pressupostos democráticos de sociedade.

Freyre propõe-se, assim, a criar uma “teoria lusotropicalista”, tendo como argumentação central o projeto imperialista português executado em suas colônias ao longo da História. Sobretudo, na relação entre Portugal e Brasil, descrevendo com riquezas de detalhes, a “mecânica colonial” portuguesa implementada em nosso país até meados do século XIX. Com isso, seu livro acabou servindo como “exemplo” positivo, eficaz, para as demais colônias que, ironicamente, no período salazarista, tiveram seus nomes trocados por “províncias ultramarinas”.

Salazar, que ficou no poder até a década de 1970, teve, na teoria lusotropicalista, embasamento necessário para (tentar) justificar a continuidade da execução de uma política de invisibilidade não só destinada ao seu povo, como, também, aos povos colonizados. Através da escrita freyriana, cuja concepção refere-se, especialmente, ao “papel impossível de povo ‘eleito’” (LOURENÇO, 1999, p. 10) encenado pelo português como sendo aquele predestinado a integrar ao seu Império culturas então “desconhecidas” e “desprovidas de razão e fé”, Salazar obteve uma justificativa “teórica” para a manutenção das práticas coloniais portuguesas¹⁰.

É comum referirem-se historiadores, antropólogos e sociólogos ao contato de europeus com não europeus como expressão de um especialíssimo processo que, não chegando a ser nem de subjugação nem de assimilação, menos ainda de integração, poderia ser caracterizado como sendo, ou tendo sido, de europeização. A tendência para a europeização raramente deixou de assimilar as relações dos portugueses com não europeus, embora a alguns de nós pareça que o empenho da gente lusitana, ao tomar contato com esses povos, tenha sido, quase sempre, mais o de socialmente cristianizá-las que o de culturalmente europeizá-las. O que talvez se deva antes a um retardamento que a um adiantamento na cultura dos portugueses, que, a partir do século XVI ou desde esse século, tem sofrido a competição, que em algumas áreas se tornou vitoriosa, da parte de outros europeus. Mesmo assim, criaram no Oriente uma Índia mais cristocêntrica que etnocentricamente portuguesa; em Macau, uma pequena ilha socialmente cristã ou paracristã e étnica e culturalmente sino-lusitana; no Brasil e nas Áfricas, sociedades cristocêntricas em suas predominâncias de comportamento, embora de modo algum de todo portuguesas na composição étnica de suas populações ou sequer de suas elites ou na consubstanciação das suas culturas, de formas iniciais ou básicas abertas a substâncias diferentes das europeias (FREYRE, 2010, p. 315).

O discurso de Freyre ao longo de *O luso e o trópico* constrói uma imagem do português “desbravador” extremamente romântica: aquele povo predestinado que, atravessando os perigos do mar, levou a fé cristã e a racionalidade aos mais diversos povos autóctones em longínquas terras enfrentando “tudo” e “todos”. Ora, sabe-se que a colonização portuguesa não foi uma “boa alternativa” para os seus subordinados, assim como nenhuma outra prática colonial é benéfica em qualquer espaço, tempo ou circunstância. Mesmo que esta não seja a principal temática do poema, a questão colonial, que assombra o Portugal do período salazarista tanto quanto as personagens históricas já cantadas n’*Os lusíadas*, materializa-se nas entrelinhas da *Mensagem*. Parece-me que o ortônimo de Fernando Pessoa deseja desconstruir todo o imaginário, constantemente propagado nos discursos de seu líder, do “bom” português, um povo que se adapta a qualquer situação como pontuou Freyre diversas vezes ao longo desse livro.

Triste de quem vive em casa,
Contente com o seu lar,
Sem que um sonho, no erguer de asa,
Faça até mais rubra a brasa
Da lareira a abandonar!

Triste de quem é feliz!
Vive porque a vida dura.
Nada na alma lhe diz
Mais que a lição da raiz –
Ter por vida sepultura.

Eras sobre eras se somem

No tempo que em eras vem.
Ser descontente é ser homem.
Que as forças cegas se domem
Pela visão que a alma tem!

E assim, passados os quatro
Tempos do ser que sonhou,
A terra será teatro
Do dia claro, que no atro
Da erma noite começou.

Grécia, Roma, Cristandade,
Europa – os quatro se vão
Para onde vai toda idade.
Quem vem viver a verdade
Que morreu D. Sebastião? (PESSOA, 1998, p. 76-77).

As comuns qualidades de “bom” e “resignado” referidas ao povo português, como aquele que se adapta a qualquer situação, conforme apontou Freyre em vários textos de sua autoria, são veementemente questionadas nesse poema. Em “O quinto império”, alusão evidente ao sebastianismo, observa-se a construção de um singular indivíduo fragilizado, desiludido e sem perspectiva. Um indivíduo e não um povo, ou uma nação.

Tal narrativa dialoga com uma delicada questão a qual a população portuguesa esteve submetida durante o Estado Novo: a política de apagamento do sujeito. Como já exposto, Salazar investiu numa retórica de invisibilidade, apostando em uma inferiorização dos sujeitos portugueses frente à pátria, lembrando-os sempre de tornarem-se pequenos para se tornarem grandes (GIL, 1995, p. 40). A argumentação dessa atitude política articulou-se, sobretudo, na maneira pela qual a imagem de “si” era construída pelo líder fascista, em cujos discursos o líder, incessantemente, apagava-se como pessoa, impedindo-os de planejar, de sonhar, de construir, subjetivamente, cada um seus “projetos individuais” em nome da glorificação, do salvamento pátria lusitana.

Evidente que o líder fascista não abdicou de seu maior desejo, seu “projeto de vida”, que era fazer de Portugal um país de silenciados, comandado por uma solitária voz de um patriota que sabia o que queria e para onde ia (GIL, 1995, p. 54). Ele, simplesmente, apagou o desejo, a pulsação, o sonho de cada português. Num “fingimento pessoano”, Salazar encenou, no sentido mais “mimético” do termo, a figura daquele que se sacrificou pela nação portuguesa, trabalhando por dias e noites e não medindo esforços e sacrifícios em prol do grande empreendimento que era salvar Portugal via Estado

Novo, apesar de nunca ter assumido, de fato, o comando do país, sempre à sombra de outro.

Desconstruir a imagem do “bom” português tornou-se, portanto, gesto crucial na *Mensagem* de Pessoa, que clama por um renascimento, uma transformação. Estranho pensar que um livro como esse foi premiado por uma iniciativa governamental, afinal, o prêmio Antero de Quental teve, entre seus organizadores, António Ferro, uma figura política do Estado Novo. O livro do ortônimo Fernando Pessoa parece embaralhar tempos: passado e presente cruzando-se na subjetividade de um “povo predestinado”. Um sujeito poético complexo, formado na anarquia de vozes, ora um “herói”, ora um “nós”, na possibilidade de tal pronome ser a voz plural e aflita de um Portugal reprimido, ora “uma misteriosa voz em terceira pessoa”. No livro em que “tudo é incerto e derradeiro”, das múltiplas possibilidades de leitura que a obra proporciona, talvez uma única certeza: o pulsante desejo de uma subjetiva transformação. A necessidade não mais de uma, mas da pluralidade de vozes em meio a um “nevoeiro” que parecia não ter mais fim.

Referências

- CAMÕES, L. de. *Os lusíadas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- FERRO, A. O ditador e a multidão. In: _____. *Salazar, o homem e sua obra*. Lisboa: Fernando Pereira, 1938.
- FREYRE, G. *O luso e o trópico*. São Paulo: E Realizações, 2010.
- GIL, J. *Salazar: a retórica da invisibilidade*. Lisboa: Relógio D'Água, 1995.
- KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- LÉONARD, Y. Salazarisme et lusotropicalisme, histoire d'une appropriation. In: COUTO, D.; ENDERS A.; LÉONARD Y. (Org.). *Lusotropicalisme. Idéologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones. Revue Lusotopie*. Paris: Karthala, 1997.
- LOURENÇO, E. *Poesia e metafísica: Camões, Antero, Pessoa*. Lisboa: Sá de Costa, 1983.
- LOURENÇO, E. *Mitologia da saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- PESSOA, F. *Mensagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PESSOA, F. Autopsicografia. Disponível em: <http://www.releituras.com/fpessoa_psicografia.asp>. Acesso em: 29 jan. 2012.

SARAIVA, A; LOPES, O. *História da literatura portuguesa*. 17. ed. Porto: Porto Ed., 2008.

SEABRA, J. A. Para a história do texto pessoano: dos biografemas à heteronímia. In: _____. *Mensagem: Poemas esotéricos*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

SPINA, Segismundo. Introdução literária. In: CAMÕES, L. de. *Os lusíadas*. Cotia: Ateliê, 2001.

Recebido em 31/03/2012
Aprovado em 1º/11/2012

¹ Penso, especialmente, nesta fala de Eduardo Lourenço: “Antero de Quental, em 1871, na abertura das ‘Conferências do Casino’, série de palestras dedicadas ao exame crítico dos mais candentes problemas nacionais – ou como tal tidos pelos seus organizadores -, apresentou aos seus ouvintes uma versão do passado português destinada a explicar ao país as causas da nossa decadência. Essa falange de intelectuais, a primeira que merece essa designação ainda não existente, análoga à que no outro extremo da Europa se denomina *intelligentsia*, dava, por suposto e como um fato, o estatuto de Portugal como nação, e mesmo povo, ‘decadente’” (1999. p. 114).

² “[...] Cada heterónimo corresponde ao ciclo de uma atitude de aparência implausível, mas experimentada até às últimas consequências – como se fosse um repto a dada convicção ou opinião

aceite; cada heterónimo parece apostado em invalidar uma tese consagrada – e acaba por também se invalidar (em teoria) como antítese” (SARAIVA; LOPES, 2008, p. 997).

³ “Salazar, Ministro das Finanças, em 1928, Primeiro-Ministro em 1932, havia instituído em Portugal um regime fascista influenciado pelo “corporativismo” de Mussolini e pelo ‘autofascismo’ do ditador Dolfuss (assassinado pelos hitleristas em Viena em 1934). Em 1936, quando o General Francisco Franco se insurgiu contra a República Espanhola, Salazar apoiou-o ativamente: voluntários fascistas portugueses – os ‘Viriatos’ – lutaram na Espanha (6.000 deles morreram) ao lado dos falangistas, dos voluntários fascistas italianos e dos voluntários fascistas alemães contra os republicanos” (KONDER, 1977, p. 78).

⁴ Em *Mensagem*, muitos dos poemas que compõe o livro têm personagens históricas como seus respectivos títulos como, por exemplo: “Viriato” (PESSOA, 1998, p. 24), “D. Afonso Henriques” (p. 27), “D. Duarte, Rei de Portugal” (p. 33), “D. Pedro, Regente de Portugal” (p. 36), “D. João o Segundo” (p. 46), “Fernão de Magalhães” (p. 61), “D. Sebastião” (p. 75) e outros.

⁵ Em latim, tal expressão significa “a mente que move a matéria” e, também, é anagrama de “mensagem”, palavra que intitula o único livro publicado em vida por Fernando Pessoa.

⁶ Baseio-me a partir deste fragmento de Segismundo Spina em sua “Introdução literária”: “[...] A fala do Velho do Restelo, ainda que inúmeras sejam as interpretações, parece representar no poema a perspectiva do próprio Poeta, que na segunda metade do século XVI assistia aos primeiros sintomas de desfalecimento da grandeza épica do império ultramarino” (2001, p. 21).

⁷ Refiro-me aqui, sobretudo, ao poema “Autopsicografia” (1930), disponível em: http://www.releituras.com/fpessoa_psicografia.asp. Acesso em: 29 jan. 2012.

⁸ “D. Afonso Henriques” (PESSOA, 1998, p. 27), “D. Filipa de Lencastre” (p. 30), “D. Duarte, rei de Portugal” (p. 33), “D. Fernando, infante de Portugal” (p. 34), “D. Pedro, regente de Portugal” (p. 35), “D. João, infante de Portugal” (p. 36), “D. Sebastião, rei de Portugal” (p. 37), “Horizonte” (p. 40), “Padrão” (p. 41), “Os colombo” (p. 59), “Ocidente” (p. 60), “Mar português” (p. 64), “Prece” (p. 67), “D. Sebastião” (p. 75), “As ilhas afortunadas” (p. 79), “António Vieira” (p. 85), “Tormenta” (p. 91) etc.

⁹ Considerando os cantos III e IV d’*Os lusíadas*, em que Vasco da Gama narra a história de sua nação ao rei de Melinde, Camões alude a figuras históricas portuguesas diversas como D. Afonso Henriques, D. Pedro (episódio de Inês de Castro), D. Fernando, D. Manuel etc., também registradas em alguns poemas de *Mensagem* já citados em nota anterior.

¹⁰ Para refletir sobre a relação entre o salazarismo e o lusotropicalismo, baseio-me nesta afirmação: “Paradoxalmente, la refondation proposée par Gilberto Freyre à travers l’exaltation de la figure mythique de l’infant Henri allait se transformer en une nouvelle descente aux enfers. Cette fois définitive après Alcacer-Quibir. Avec cette ultime croisade, non plus de « la chrétienté latine », mais d’un Portugal condamné à une aussi orgueilleuse que stérile solitude. Récit de la refondation de l’idée coloniale, vingt ans après une première tentative lors de l’Exposition de 1940, le lusotropicalisme devait finalement servir d’épithète à la décomposition de l’empire portugais, « vieux de cinq siècles »”. (LÉONARD, 1997, p. 223).